



Secao de Licitacoes e Contratacoes Diretas <licitacao@trt3.jus.br>

Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2025 – Processo e-PAD nº 52822/2024 (SEIT)

1 mensagem

REPRESENTACOES BH <representacoesbh2023@hotmail.com>

8 de janeiro de 2025 às 17:54

Para: "licitacao@trt3.jus.br" <licitacao@trt3.jus.br>

Prezados(as) Senhores(as),

A empresa **KT TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **32.431.888/0001-03**, com sede na **Rua Guaicuí, nº 20**, Bairro Coração de Jesus, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.380-380, vem, com base na Lei nº 14.133/2021, apresentar **impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2025**, conforme detalhado a seguir:

DO OBJETO DA IMPUGNAÇÃO

A presente impugnação tem como foco o subitem **8.5.7** do edital, que prevê:

"Caso a empresa arrematante apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, poderá, como alternativa, comprovar, quando da habilitação, tendo em vista os riscos para a Administração, Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da eventual contratação resultante da licitação."

Conforme disposto, o edital oferece como alternativa aos índices econômico-financeiros apenas o **Patrimônio Líquido**, o que limita a participação de licitantes e, por consequência, restringe indevidamente a competitividade do certame.

DA LEGALIDADE E COMPETITIVIDADE

O § 4º do artigo 69 da Lei nº 14.133/2021 dispõe que:

"A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação."

Fica evidente que o legislador utilizou os termos "**capital mínimo**" e "**patrimônio líquido mínimo**" de forma alternativa, permitindo que ambos sejam exigidos no edital. A exclusão da possibilidade de comprovação por meio do **Capital Social** restringe a competitividade e não reflete os princípios de isonomia e razoabilidade que devem nortear os processos licitatórios.

Ademais, a inclusão da comprovação por **Capital Social** como alternativa não altera o rigor técnico ou financeiro do edital, mas amplia a possibilidade de participação de empresas igualmente capacitadas, alinhando-se ao princípio da ampliação de oportunidades.

DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO

Conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), critérios de habilitação econômico-financeira devem ser aplicados de forma proporcional e pertinente ao objeto licitado, sem criar barreiras que não se justifiquem tecnicamente. A inclusão da comprovação por **Capital Social ou Patrimônio Líquido** no edital não implica qualquer prejuízo à Administração, mas garante maior competitividade e respeito à legislação.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

1. A **retificação do subitem 8.5.7 do edital**, para que seja incluída a possibilidade de comprovação por **Capital Social ou Patrimônio Líquido**, no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme o § 4º do artigo 69 da Lei nº 14.133/2021;
2. A suspensão do certame até que sejam realizadas as devidas adequações, garantindo o respeito à legislação e à competitividade;
3. A análise desta impugnação e a publicação da decisão nos termos do artigo 164, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Aguardamos retorno quanto à análise e providências cabíveis. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

KT TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ: 32.431.888/0001-03